

**PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DO
INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA**

1. APRESENTAÇÃO

O Brasil passa por um momento histórico de profundas discussões sobre a política e a qualidade das suas instituições de educação superior. Nesta fase de reordenação, governo e sociedade vêm pressionando as instituições de ensino a voltar-se mais para a qualidade e a assumir responsabilidade por ela.

Neste sentido, esta proposta vincula-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que define como elementos constitutivos avaliação institucional (interna e externa), avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes.

Com finalidade construtiva e formativa, o SINAES busca ser permanente e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência deste envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade.

O presente documento visa apresentar à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a proposta de avaliação institucional interna (auto-avaliação) desta Instituição.

Considerando o conjunto de princípios, diretrizes e dimensões do SINAES, destacamos os seguintes:

Princípios:

1. melhoria da qualidade da educação superior;
2. responsabilidade social;
3. orientação da expansão da sua oferta.

Diretrizes:

1. aumento permanente de sua eficácia institucional;
2. efetividade acadêmica e social;
3. promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais;
4. valorização de sua missão pública;
5. promoção dos valores democráticos;
6. respeito à diferença e à diversidade;
7. afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dimensões:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.
2. A política para o ensino, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
4. A comunicação com a sociedade.
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da Instituição nos processos decisórios.

7. Infra-estrutura física, especialmente biblioteca, recurso de informação e comunicação.
8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.
9. Políticas de atendimento ao estudante.
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Com os resultados da auto-avaliação, será possível traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos pela Instituição, bem como analisar se sua missão está de fato se realizando, visando a tomar decisões, tendo em vista o aperfeiçoamento da Instituição como um todo.

Partimos do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acreditamos que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem tão pouco selecionar e excluir, mas que os resultados possam ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

A auto-avaliação institucional do ICEC destina-se a avaliar as funções do ensino, da extensão e da gestão, enfocando os processos

pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica da vida institucional. O que se pretende é analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer por meio da sua missão (compromissos, vocação, inserção regional e nacional) e finalidades.

A auto-avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos avaliará todos os aspectos que giram em torno desses eixos: o ensino, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e várias outras categorias e conjunto de indicadores. As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pelo ICEC para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria IES.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES)

Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura - ICEC, credenciado pela Portaria MEC nº 1.071 publicada no DOU de 11/04/2002, possuindo os seguintes cursos autorizados: Administração com habilitações em Administração de Empresas, Comércio Exterior, Gestão de Sistemas de Informação, Gestão Hoteleira, Marketing, Recursos Humanos, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Direito, Fisioterapia, Turismo e

Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, Gerenciamento de Redes de Computadores, Gestão Empreendedora, Gestão Eventos (Turismo e Hospitalidade), Gestão Marketing, Gestão Mercadológica, Gestão Recursos Humanos, Gestão Sistemas de Informação e Gestão Turismo Receptivo (Turismo e Hospitalidade).

Endereço: Rua Oswaldo da Silva Corrêa e Rua Santa Filomena, 621 - Santa Marta - CEP: 78048-005 - Telefone: (65) 3621.2000 - Cuiabá – MT.

3. MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os processos avaliativos devem constituir, em primeiro lugar, instrumentos importantes de gestão universitária capazes de indicar caminhos e rever processos. Mais que medir índices de crítica e satisfação a Avaliação Institucional está comprometida com a real reflexão sobre todos os processos e procedimentos.

A avaliação institucional constitui um forte instrumento de melhoria da qualidade de ensino. Ela deve ser participativa, coletiva, livre de ameaças, ter a capacidade de análises não comprometidas e envolver toda a comunidade acadêmica que deve participar respondendo questionários, criticando os procedimentos em andamento, discutindo em grupo os problemas de ensino e sugerindo ações que provoquem a melhoria da qualidade da instituição como um todo. A avaliação deve ser essencialmente

educativa, portanto formativa, sem que para isso deixe de utilizar instrumentos e procedimentos de acompanhamento do processo e dos produtos.

A Avaliação Institucional é, atualmente, uma prática no ICEC, que pretende acompanhar criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Esta proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionado para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. Foi dentro deste contexto que se instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão do ICEC, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania.

A avaliação global da eficiência da Instituição é feita através do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos dos diversos cursos. Esses componentes incluem a parte administrativa e as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida.

Os processos avaliativos precisam construir a globalidade e a integração entre o sujeito e o objeto. A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou poucos aspectos, sem articulação, traz o risco de resumir o processo a um desses instrumentos dedicados a medir e comparar, o que pode comprometer os resultados de desfigurar objetivos, portanto o aspecto da globalidade deve ser enfatizado sob pena de perder-se o entendimento multidimensional e polissêmico.

A Avaliação Institucional deve organizar os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. A presente proposta é de uma avaliação constituída basicamente no processo de auto-avaliação, visando principalmente o auto-conhecimento institucional.

3.1 Missão da IES

O ICEC formulou como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, de modo a formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de competência, integrado à extensão, promovendo a educação superior visando à formação de sujeitos empreendedores e comprometidos com o auto-conhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do Estado e da região.

O ICEC entende que deve orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e com ela a formação de sujeitos

responsáveis, comprometidos com o seu auto desenvolvimento e com o progresso da sociedade.

Para tanto, partilha essa responsabilidade com os ingressos, egressos e com as organizações locais. Nesse sentido, a Instituição objetiva ser *locus* de referência no Estado, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos egressos no mercado de trabalho. A Instituição entende que, na interação dinâmica com a sociedade, em geral, e com o mercado de trabalho, em particular, define os seus campos de atuação acadêmica presentes e futuros.

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento da sociedade, o ICEC pretende produzi-lo articulando o ensino com a pesquisa a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Neste sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combine e equilibre o desenvolvimento técnico e humanístico e que promova a visão sistêmica do estudante.

3.2 Objetivos da IES

Conforme consta de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura - ICEC tem como objetivos principais, entre outros:

- o conhecimento da realidade regional e dos seus condicionantes histórico-político-sociais;
- a formação de profissionais competentes para atuar responsabilmente sobre essa realidade;
- o compromisso com as necessidades e os interesses básicos da comunidade;
- a articulação entre as atividades de ensino e extensão;
- a revisão periódica e fundamentada dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece, de modo a contribuir para a realização dos projetos educacionais dos estudantes; responder às mudanças ocorridas na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento curricular perante às diretrizes, desafios e avanços didático-pedagógicos;
- a busca permanente da articulação entre as dimensões das unidades, teóricas e práticas, o que pressupõe uma ênfase na aprendizagem, na transformação de professores em orientadores e de estudantes em profissionais.

4. MARCO REFERENCIAL

A avaliação institucional contribui significativamente para que a Instituição repense suas práticas administrativas, técnicas, educativas e sociais, ao mesmo tempo em que reflete o seu papel na sociedade como produtora e socializadora de um saber capaz de compreender e transformar a realidade.

Longe de um processo no qual a premiação, a punição ou a neutralidade são a tônica, a avaliação institucional busca um crescimento da Instituição como um todo, como uma prática multifacetada, contínua, processual e dinâmica. Nesse contexto, um estudo crítico é importante para o conhecimento da comunidade acadêmica.

A avaliação não pode ser tratada de forma dicotomizada, como se a Instituição existisse fora de uma totalidade social e histórica mais ampla e se constituísse como uma entidade independente do social.

Podemos afirmar que a Instituição é uma totalidade complexa que não resulta de justaposições de partes desconectadas.

Constatamos, por exemplo, que números, na produção científica, isoladamente, não dizem nada a respeito da qualidade da pesquisa, sua relevância social, sua articulação com o ensino, seu papel na formação e no desenvolvimento das novas gerações, sua adequação aos projetos e à missão da Instituição, sendo fundamental compreender as relações, para compreender a realidade como unidade complexa.

Acreditamos que a avaliação é um instrumento de mudança de cultura da Instituição. Cultura no sentido de uma teia de significados construída pelo homem. É, também, uma intervenção política, ética, pedagógica na busca de uma apurada análise da realidade.

É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que permite à Instituição voltar-se a si mesma na busca da qualidade da Educação e tornar-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais. Tal avaliação sistemática não poderá se transformar em apenas mais um objeto de estudo acadêmico, mas deverá usar a comunicação como instrumento, para socializar os problemas, os desafios, assim como propor as intervenções necessárias.

Neste sentido, a avaliação institucional cabe ser visualizada como afirmação duradoura em busca de uma qualidade compatível entre a filosofia institucional e a realidade social.

Lembramos, ainda, que a avaliação não é somente uma dinâmica de conhecimento de determinados aspectos selecionados, mas, sobretudo, um esforço coletivo de compreensão do todo, através da articulação das diversas dimensões da instituição, e de construção da integração onde esta não exista.

Portanto, importa um trabalho de participação de todos os segmentos da Instituição de modo a responder: Quem somos? Como estão nossos cursos? O que pretendemos para a nossa Instituição? Qual nossa responsabilidade social?

Entendemos que a avaliação não é uma atividade meramente técnica, cuja principal questão seja a formulação de metodologias e técnicas adequadas. A questão primeira de um processo de avaliação encontra-se na sua concepção e nas suas finalidades. No entanto, entendemos que os

procedimentos metodológicos espelham certa concepção de avaliação. A metodologia da avaliação será capaz de desencadear um processo democrático e participativo se seus procedimentos e instrumentos concorrerem para tal. Sendo assim, o conceito de avaliação, assumido pela IES, se insere no marco teórico e referencial dessa proposta.

A avaliação institucional, cuja finalidade é a transformação da realidade e não a criação de *ranking* preocupa-se em proporcionar uma salutar conscientização da instituição sobre si mesma. Tratando-se de avaliação institucional, o processo avaliativo deve auxiliar a instituição a se desenvolver em seu projeto pedagógico.

Sabemos que a avaliação institucional é parte integrante do projeto pedagógico da IES, ao mesmo tempo em que se constitui como objeto da avaliação. Para tanto, a Missão institucional, o Projeto Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI são marcos referenciais necessários ao processo de avaliação.

Nesse aspecto, os marcos doutrinários da IES voltados para o compromisso social, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a integração de atividades-meio e atividades-fins são princípios norteadores.

5. ANTECEDENTES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação não é uma atividade nova na Instituição, pelo contrário, ela já está inserida no cotidiano institucional. Porém, com base na

filosofia do SINAES, esta IES está promovendo uma nova configuração na sistemática e na ordenação das várias etapas da avaliação, tendo como palavras chave a integração e a totalidade.

O processo de avaliação institucional se desenvolveu a partir do processo de sensibilização de seus vários segmentos, aperfeiçoando-se e impondo-se pela sua legitimidade, justeza e adequação das ações produzidas, e, particularmente, por um aceitável grau de credibilidade junto à comunidade interna e à sociedade em geral.

Ao adotar essa medida, a IES teve como objetivo atrelar ao cotidiano da área pedagógica um setor dedicado especificamente à avaliação, capaz de acompanhar e dar cumprimento às recomendações do Ministério da Educação.

Existindo, em caráter permanente, um setor de avaliação com levantamento atualizado dos diversos segmentos pedagógicos, em muito é beneficiada a Instituição por poder dispor de um eficaz acompanhamento do processo da melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Inicialmente, este setor procurou sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica para a importância da coleta de dados referentes ao docente, ao discente, ao administrativo, às condições de infra-estrutura física, à oferta dos cursos, ao funcionamento da biblioteca, os quais precisavam ser mensurados, para posterior comparabilidade dos mesmos, sob o ponto de vista dinâmico e de permanente atualização.

A partir da discussão sobre as especificidades de uma Instituição Acadêmica com múltiplas funções, foi implementado um processo de avaliação caracterizado pela intensa participação de seus membros, tanto na decisão de proceder à avaliação, na identificação dos critérios e procedimentos, bem como na utilização dos seus resultados, buscando caminhos para as transformações necessárias.

Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar que esta proposta fundamentou-se nos seguintes princípios:

1. globalidade;
2. comparabilidade;
3. respeito à identidade institucional;
4. não premiação ou punição;
5. adesão voluntária;
6. legitimidade;
7. continuidade.

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição, não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Gestão, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior. A avaliação deve ser

sistemática, global e envolver antecedentes, contexto, processo e produto. Deve abranger todos os aspectos da Instituição, respeitada sua diversidade e complexidade, e realizar-se em todas as suas instâncias e setores.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não-punição ou premiação fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É esta função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação - processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional baseia-se no princípio de que o referido processo só logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a intensa participação dos seus membros, tanto nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação será garantida pelo gerenciamento técnico e político adequados. A legitimidade política deve ser assegurada pela efetiva participação de toda a comunidade na construção do processo avaliativo e no uso dos resultados por ele produzidos. A legitimidade técnica se define pelo uso de metodologias adequadas, que possam garantir a identificação de categorias e indicadores de natureza quali-quantitativa, bem como o uso da abordagem sistêmica; esse é o requisito que as tomam capazes de dar significado e transparência às informações coletadas e disponibilizadas.

Um processo de avaliação, além de conter os princípios já apontados, deve ser permanente. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

O objetivo maior dessa proposta foi a implementação das relações institucionais, de modo que permitissem a utilização plena do potencial da Instituição, buscando consolidar sua ação educativa, científica e social.

6. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROPOSTA INSTITUCIONAL

A partir da sensibilização e da conscientização de todos os segmentos acadêmicos, a IES, cuja marca e perfil já se encontram consolidados na comunidade, pretende com a avaliação, implementar em caráter permanente, condições capazes de conduzir a revisões periódicas e dinâmicas em sua atuação e à reflexão e ao redimensionamento constante de seus objetivos institucionais no contexto do SINAES.

Dentro deste entendimento, esta proposta de avaliação institucional interna vem elencar os indicadores capazes de estabelecer metas e prioridades, de revisar a política educacional adotada em face da realidade regional, estadual e nacional, reavaliando a qualidade dos resultados obtidos em função dos objetivos propostos pela IES, mediante o aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos e programas, visando à melhoria do ensino - aprendizagem.

Por tudo isso, o processo de avaliação instituído ensejará a contínua reciclagem do projeto pedagógico institucional, permitindo a correção de rotas, reordenando, consolidando e reformulando suas estratégias e formas de atuação.

O sistema de Avaliação Institucional da IES adota um modelo de avaliação que leva em consideração:

- A auto-avaliação, realizada pela própria Instituição;
- As avaliações externas, realizadas pelo INEP e, também, promovidas pela própria IES por meio de especialistas de outras IES;
- As avaliações de cursos, realizadas pelo INEP;
- Os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE - realizado pelo INEP;
- A análise global dos indicadores e desempenhos.

Este Programa de Avaliação Institucional considera as funções formativa e somativa de fundamental importância no processo de avaliação.

Esta IES adota os resultados aferidos na Avaliação Institucional para elaborar o programa de capacitação e qualificação dos seus docentes e técnicos administrativos, em busca do aprimoramento contínuo no tocante às funções didático pedagógicas e de gestão.

6.1 Justificativa

A avaliação constitui-se em um instrumento básico de aferição da qualidade de qualquer sistema educacional. Por esta razão, a Avaliação Institucional na IES tornou-se peça fundamental na avaliação global da instituição. Além das orientações normativas já existentes, a IES busca uma incorporação mais efetiva dos resultados da auto-avaliação da IES, no processo permanente da busca pela melhoria da qualidade do ensino, bem como na instrumentalização das demais políticas da Instituição.

A presente proposta de avaliação institucional reúne informações descritivas relativas ao objeto da avaliação, ao seu ambiente e às condições circundantes; informações que respondem às preocupações dos principais atores do processo (discentes, docentes, gestores), informações sobre questões e padrões relevantes à aferição de valor ou mérito, estabelecidos pela Comissão Própria de Avaliação do ICEC.

O caminho mais adequado utilizado pela IES, para contar com um Projeto Institucional autêntico e consistente, foi à adoção de um processo hoje sistemático e substantivo de qualificação das ações, ao permitir o acompanhamento do desempenho institucional em relação aos indicadores internos, verificando a qualidade do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, possibilitando a redefinição de rumos e a correção do PDI.

6.2 Diretrizes para a Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é preconizada como ferramenta chave para aprimorar-se a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica, para fortalecer o comprometimento social da IES.

A Proposta de Avaliação Institucional constitui-se em ferramenta estratégica, criteriosa e participativa, que leva em conta as diferenças institucionais, culturais, sociais, econômicas e históricas que marcam o contexto e as peculiaridades da Instituição. Tais questões são cruciais quando se trata de colocá-las em prática.

Neste sentido, foram adotadas as seguintes diretrizes no desenvolvimento da Avaliação Institucional:

I. A Avaliação Institucional representa um processo de busca permanente de indicadores para o desenvolvimento institucional, em todos os níveis de atuação, e sua execução deve sempre contar com a participação, direta ou indireta, dos envolvidos nas diversas dimensões avaliadas.

II. A auto-avaliação é liderada por especialistas em Avaliação, que também se responsabilizam por atividades de ensino, como professores da Instituição, conhecendo e participando da realidade a ser avaliada;

III. A Avaliação Institucional baseia-se em mecanismos permanentes de participação e de consulta à comunidade interna, de acesso às informações obtidas, de retomo das análises efetuadas, de sugestões para encaminhamento dos problemas, assegurando-se a transparência e o engajamento no processo;

IV. A Avaliação Institucional é conduzida no sentido do aperfeiçoamento da missão pedagógica e social da IES, com caráter estritamente normativo, não se podendo traduzir, em nenhuma circunstância, num instrumento punitivo de indivíduos ou setores;

V. As análises e as recomendações da auto-avaliação devem, como processo integrado, levar em conta o contexto institucional global que, por sua vez, insere-se num contexto externo mais amplo, de forma a caracterizar, com a devida propriedade, os aspectos críticos e as soluções desejadas e possíveis, evitando-se julgamentos parciais;

VI. A realização da Avaliação Institucional é decorrente de determinação política dos dirigentes da IES, implicando compromisso com seus propósitos e com sua continuidade, bem como garantia das condições necessárias ao seu desenvolvimento.

6.3 Objetivos Centrais

- realizar a auto-avaliação do ICEC de acordo com o estabelecido pela lei 10.861, de 14 de abril de 2004, em consonância com as Diretrizes elaboradas pela CONAES/INEP, e consideradas as características culturais e sócio - econômicas desta Instituição e da região onde está inserida.
- avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

6.4 Objetivos Operacionais

a) gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;

b) pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição;

c) identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;

d) aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;

e) fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;

f) tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;

g) julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;

h) prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Estes objetivos permitirão à IES:

- Conhecer-se, enquanto instituição (auto-conhecimento institucional), para ciência de sua própria realidade detectando seus pontos fracos e fortes.

- Colher dados e analisá-los para a orientação na tomada de decisões, visando à melhoria da qualidade de cursos e das atividades desenvolvidas nos diferentes projetos.
- Realizar, permanentemente, um diagnóstico de cada curso, visando a identificação de seus problemas e de possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho.

6.5 Desenvolvimento da Proposta: fases de execução

O auto-conhecimento da Instituição, oriundo da visão global que a avaliação interna proporciona, será obtido a partir de uma dupla perspectiva:

- O objeto de análise será o conjunto das dimensões estabelecidas no *Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: orientações gerais (MEC)* em suas relações com as finalidades do ICEC, tendo como foco as atividades de ensino e extensão, e as inter-relações que mantêm entre si e com as expectativas da sociedade em que a Instituição está inserida. Compreenderá, também, a infra-estrutura física, a gestão e as políticas de pessoal e de atendimento aos estudantes, com vistas a repensar sua missão para o futuro.
- A produção das informações necessárias à realização da avaliação institucional envolverá toda a comunidade acadêmica e, em especial, os setores que centralizam e administram dimensões específicas da vida institucional.

São várias as formas de estruturação de uma proposta de Avaliação Institucional. A forma adotada por esta IES compreende fases que, por sua vez, subdividem-se em etapas de execução, todas elas interdependentes e complementares.

As fases que compõem a proposta são:

- sensibilização;
- diagnóstico;
- avaliação interna;
- relatório final;
- divulgação;
- avaliação *externa*;
- balanço crítico: consolidação

1 - Sensibilização

Com a finalidade de buscar o comprometimento da comunidade acadêmica com o projeto de Avaliação Institucional, serão realizadas reuniões e seminários com os corpos diretivo, técnico-administrativo, docente, discente, egressos e representantes da comunidade. Tais encontros servirão, não somente para o estabelecimento da cultura da avaliação institucional, mas também para que sejam discutidas e incorporadas as sugestões advindas dos participantes, bem como para apresentação e discussão dos resultados da avaliação.

Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância do caráter participativo do processo e, com isso, conquistar a adesão de todos envolvidos, é um dos principais objetivos desta etapa. Da eficácia desta etapa dependerá o sucesso do projeto. O estímulo à participação dos sujeitos poderá ser desenvolvido através dos seguintes meios:

- Elaboração de cartazes, estrategicamente dispostos nas áreas de maior circulação dentro da instituição;
- Reuniões com os líderes de turma do corpo discente;
- Reuniões com os egressos;
- Reuniões com representantes da comunidade;
- Reuniões com o corpo docente, tanto geral como através do colegiado do curso;
- *E-mail* para os docentes;
- Carta dirigida ao corpo docente;
- *E-mail* para os funcionários técnico-administrativos;
- Carta para os funcionários técnico-administrativos;
- Divulgação através do boletim informativo;
- Mensagem na *Home page*;
- Seminários.

A sensibilização terá um caráter permanente, mantendo-se suas ações durante as outras etapas do processo.

2 - Diagnóstico

O objetivo do diagnóstico é, a partir de indicadores pré-estabelecidos, reunir informações necessárias para descrever e avaliar a realidade institucional em um determinado momento. Fazem parte desta etapa:

- Estabelecimento de indicadores de desempenho global-referentes à instituição - assim como os das condições do ensino;
- Definição de relatório padronizado para realização do diagnóstico;
- Levantamento das informações institucionais e das condições de ensino. Ressaltando também que serão considerados discentes, docentes, coordenadores de curso e pessoal técnico-administrativo;
- Análise das informações levantadas, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Diversos instrumentos poderão ser utilizados na coleta de informações: formulários, entrevistas, vivências e análise de relatórios e de documentos.

3 - Avaliação Interna

A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando

compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou auto-avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

Esta fase intitula-se interna por compreender ações desenvolvidas por agentes internos à própria Instituição, portanto uma fase de autocrítica, com desdobramentos necessários que tal exercício avaliativo pode proporcionar.

O desenvolvimento da auto-avaliação deverá compreender:

- (a) realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- (b) sistematização de demandas/idéias/sugestões oriundas destas reuniões;
- (c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;

(d) definição da composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc);

(e) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;

(f) definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;

(g) definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;

(h) definição de formato de relatório de auto-avaliação; definição de reuniões sistemáticas de trabalho;

(i) elaboração de relatórios; e

j) organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

A Avaliação Interna, além do caráter qualitativo, adotará a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. Serão utilizados instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitem traçar um diagnóstico

da Instituição e permitam avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

Anualmente, a Comissão Própria de Avaliação da IES promoverá a avaliação dos instrumentos e metodologia utilizados no processo de auto-avaliação, com o objetivo de aperfeiçoar esse processo, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e em atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público. As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional estão estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º.

O documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES e divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração desta proposta de auto-avaliação.

Foram definidos, ainda, técnicas e instrumentos de coleta de dados, apresentados no quadro abaixo, envolvendo todos os segmentos (docentes, discentes, dirigentes, técnico-administrativos e egressos) da Instituição, assim como representantes da sociedade/comunidade.

4 - Relatório Final

O relatório final da avaliação interna expressará os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica.

Ao incorporar os resultados das avaliações dos cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE estará pronto para discussão com a comunidade acadêmica e a sociedade, e ser colocado à disposição de especialistas da avaliação externa.

Tecerá uma análise, tecnicamente crítica, com ilustrações de tabelas, gráficos e indicadores, que facilitem seu entendimento, além de apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

5 - Divulgação

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados oportunizará a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propiciará, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

6 - Avaliação Externa

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à instituição, além de contribuir para o auto-conhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela IES, também traz subsídios importantes

para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas - seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

A comissão de avaliadores externos deverá ter acesso aos documentos e às instalações da instituição com o objetivo de obter informações adicionais para que o processo seja o mais completo, rigoroso e democrático possível. Na elaboração do seu relatório, a comissão considerará o relatório de auto-avaliação e outras informações da IES oriundas de outros processos avaliativos (dados derivados do Censo e Cadastros da Educação Superior, do ENADE, da Avaliação das Condições de Ensino, de Relatórios CAPES, Currículos *Lattes*), bem como entrevistas e outras atividades realizadas.

Todos os trabalhos da auto-avaliação, juntamente com seu relatório final, serão colocados à disposição de uma equipe de examinadores externos, de alta qualificação técnica e comprovada experiência em avaliação da educação superior, que possa observar, criticamente, os procedimentos e métodos, as conclusões e as orientações da auto-avaliação.

A análise de avaliadores externos é de extrema importância para a IES, sobretudo porque a auto-avaliação ensejará, possivelmente, reorientação de rumos, o que precisa ser realizado com isenção, uma vez que qualquer erro de decisão poderá comprometer o futuro da Instituição. Decisões corporativas são naturais em qualquer instituição e nem sempre vão ao encontro dos anseios da sociedade.

7 - Balanço Crítico: consolidação

Ao final do processo de auto-avaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de auto-avaliação proporcionará não só o auto-conhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

7. METODOLOGIA

Adotar uma metodologia adequada é uma exigência que deve ser atendida ao se planejar o processo avaliativo. Dependendo do enfoque teórico, os métodos avaliativos podem ser classificados de diferentes modos. Segundo alguns teóricos eles são classificados como não-invasivos e invasivos. O primeiro não pressupõe qualquer interação entre o avaliado e os participantes

no processo, analisando pistas físicas, notas de observações e de arquivos. O segundo baseia-se na interação dos avaliadores com os participantes do processo, com aplicação de testes de conhecimento, levantamentos de valores, atitudes e comportamentos.

A abordagem, por sua vez, pode ser *qualitativa* - a qual busca compreender o ponto de vista dos envolvidos quanto às características de um programa e seus resultados. Já a abordagem *quantitativa* parte de parâmetros pré-estabelecidos, que possam ser traduzidos em termos numéricos; nela a quantificação é enfatizada como fator de discussão do objeto em avaliação.

Contudo estas duas abordagens não têm que ser mutuamente excludentes e a verdade é que a maioria das avaliações podem se beneficiar da incorporação de ambas as perspectivas no plano de avaliação. Assim, a abordagem que orienta a análise é quantitativa e qualitativa, buscando evidenciar os dados e informações tanto nos seus aspectos objetivos quanto nos subjetivos.

Para a concretização desta proposta, o processo de Auto-Avaliação será orientado por uma abordagem sistêmica que envolverá a avaliação interna e a externa, e fará a associação das técnicas quantitativas e qualitativas, com vistas a estabelecer a complementaridade entre as informações institucionais e sua integração.

A Avaliação Interna, do ponto de vista quantitativo, analisará as variáveis e os indicadores relativos ao ensino de graduação e de pós-

graduação, à pesquisa, extensão e infra-estrutura física, coletados através do Censo da Educação Superior, do Cadastro Institucional do **INEP** e dos documentos institucionais e, também, através das respostas aos questionários aplicados aos coordenadores de curso, professores, alunos, egressos e membros do corpo técnico-administrativo.

Do ponto de vista qualitativo, o levantamento das informações será feito por meio de entrevistas realizadas com os membros da administração superior, das diretorias administrativas e da graduação tecnológica, e com os coordenadores da graduação. E, ainda, por meio de debates em grupos focais com os coordenadores e professores envolvidos nos projetos de extensão.

O método utilizado é o descritivo exploratório com destaque para os pontos convergentes e divergentes expressos pelas técnicas e instrumentos de coleta de dados e informações, compreendendo todos os sujeitos históricos envolvidos no processo de avaliação: docentes, discentes, dirigentes, egressos, técnicos administrativos e representantes da comunidade.

Entendemos como representantes da comunidade, principalmente, os profissionais de instituições conveniadas que participam do processo ensino aprendizagem, além de lideranças comunitárias.

Assim, sustentada por esta metodologia, a auto-avaliação cumprirá os objetivos e funções a que se destina, devendo ser realizada a cada

dois anos, após a implementação das medidas adotadas para a melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida institucional.

1 - Categorias de Análise

As categorias de análise são:

- IES & Docente - onde o professor se auto-avalia no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas e condições de infra-estrutura. Tipo de levantamento: Censitário.
- IES & Discente - oportuniza ao aluno avaliar o professor no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, a organização acadêmica e condições de infra-estrutura e logística. Tipo de levantamento: Coleta de amostras que contenham dados de todas as turmas, de todos os cursos.
- IES & Curso e Coordenador - onde o professor, o aluno e o Coordenador Geral de Área avaliam o Curso e o Coordenador do mesmo.
- IES & Coordenador - auto-avaliação do Coordenador, onde o Coordenador se auto-avalia no desenvolvimento de suas atividades.
- Perfil Sócio-Econômico do docente - contribui para o conhecimento do perfil sócio-econômico do corpo docente da IES.

- Perfil Sócio-Econômico do aluno - contribui para o conhecimento do perfil sócio-econômico do corpo discente.

Estas técnicas de coleta de dados, em módulos, qualificam o desempenho das funções didático-pedagógicas do:

- I) professor, a disciplina quanto à estrutura curricular e conteúdo programático;
- II) curso, quanto à adequação curricular e preparo para o desempenho profissional;
- III) aluno como participante do processo do ensino-aprendizagem.

Os instrumentos de coleta de dados, compostos por questões, distribuídas em vetores que permitem o agrupamento das respostas, devem propiciar a clara análise dos vários serviços ou sistemas da IES.

8. PLANO DE AÇÃO

METAS	AÇÕES	METODOLOGIAS
Definir e acompanhar indicadores acadêmicos e administrativos	<ul style="list-style-type: none"> . Estudar as diretrizes do SINAES e seus instrumentos; . Relacionar as informações necessárias para a boa gestão acadêmica e administrativa; . Elaborar índices de referência para cada indicador; . Coleta e análise dos indicadores regularmente. 	<ul style="list-style-type: none"> . Aplicação de questionário interno para levantamento dos indicadores; . Montar uma tabela com índices de referência; . Planilha para acompanhamento dos indicadores.
Promover a coleta, organização, processamento de dados e informações	<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilização junto à comunidade acadêmica sobre a importância da AI. . Elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados para: <ol style="list-style-type: none"> Graduação; Extensão; Administrativo; . Produção de relatórios preliminares para análise dos dados e informações alcançados por área. . Análise de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> . Produção de cartazes; . Reunião com líderes de classe para efeito cascata; . Aplicação de questionários para levantamento; . Gerar relatórios estatísticos.
Dimensionar os pontos fortes e fracos	<ul style="list-style-type: none"> . Análise de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> . Análise qualitativa.
Providenciar a divulgação dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> . Divulgação dos resultados preliminares; . Divulgação das análises desenvolvidas pela CPA; . Divulgação das discussões feitas em cima dos resultados da avaliação; . Divulgação do plano de ação. 	<ul style="list-style-type: none"> . Encaminhar os resultados para divulgação interna e externa.
Criar espaço para discussão	<ul style="list-style-type: none"> . Apresentação e discussão dos resultados: <ol style="list-style-type: none"> Colegiados de cursos; Acadêmicos e docentes; Funcionários técnico-administrativos; Comunidade acadêmica; Mantenedora. 	<ul style="list-style-type: none"> . Apresentação expositiva; . Entrega de resumo dos resultados; . Debate referente aos resultados alcançados.
Estabelecer novos rumos para IES	<ul style="list-style-type: none"> . Elaborar um plano de ação; . Encaminhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de ação com a participação dos setores envolvidos.
Promover a meta-avaliação da AI	<ul style="list-style-type: none"> . promover e receber avaliadores externos de uma outra IES; . correção dos rumos da AI. 	<ul style="list-style-type: none"> . Parceria com outra IES para troca de experiências.
Acompanhar as ações do SINAES	<ul style="list-style-type: none"> . acompanhamento das informações divulgadas pelo MEC; . fornecimento de relatórios quando solicitados pelo MEC ou seus representantes. 	<ul style="list-style-type: none"> . Consulta à Internet.

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA CPA/ICEC

Especificação da atividade	2004	2005	2006	2007	2008
Constituição da CPA					
Elaboração/Aprovação do PAI					
Elaboração Instrumentos de avaliativos					
Sensibilização/seminários e palestras.					
Desenvolvimento:					
• Missão e PDI					
• Ensino/graduação					
• Extensão					
• Responsabilidade social					
• Comunicação com a Sociedade					
• Políticas de pessoal					
• Organização e Gestão					
• Infra-Estrutura					
• Planejamento e Avaliação					
• Atendimento ao estudante					
Consolidação					
Aplicação dos Instrumentos Avaliativos					
Processamento dos dados levantados					
Divulgação dos resultados					
Confecção do Relatório					